

CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A. - CEMAT

CNPJ/MF nº 03.467.321/0001-99

NIRE nº 51.300.001.179

Companhia Aberta

**ATA DA CONTINUAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA
4ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA
CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A. - CEMAT
REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2012 – 4ª SESSÃO DE 14 DE MAIO DE 2012**

1. Data, Hora e Local: 14 de maio de 2012, às 17h, no escritório administrativo da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT ("Emissora" ou "Companhia"), localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 2.439, 6º Andar/Parte.

2. Presença: Debenturistas titulares da totalidade das debêntures em circulação emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Quarta Emissão de Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT*", registrado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso ("JUCEMAT") sob o nº ED000230000 e aditada em 1º de novembro de 2011 pelo Primeiro Aditamento registrado sob o nº ED000230001 ("Debêntures" e "Escritura de Emissão", respectivamente) conforme se verificou pelas assinaturas na Lista de Presença de Debenturistas e pela Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"). Presentes, ainda, os representantes da Emissora, Srs. Carmem Campos Pereira e Valdir Jonas Wolf, e o representante do Agente Fiduciário, Sra. Viviane Rodrigues.

3. Composição da Mesa: Presidente: Sr. Arturo Profili; e Secretária: Sra. Viviane Rodrigues.

4. Edital de Convocação: Publicado nos dias 20, 23 e 24 de abril de 2012 do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, nas edições 25788, 25789 e 25790, nos dias 20, 21 e 23 de abril de 2012 do jornal "A Gazeta de Cuiabá", páginas 8A, 3B e 6C, e nos dias 20, 23 e 24 de abril de 2012 do jornal "Valor Econômico", páginas B2, B6 e B8, respectivamente.

5. Ordem do Dia: (a) desobrigar a Emissora com relação ao cumprimento das obrigações estabelecidas na Cláusula 6.26 da Escritura de Emissão, em especial quanto à livre utilização dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, nos próximos 60 dias a contar da data de realização desta Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"); (b) autorizar o Agente Fiduciário a, nos próximos 60 dias a contar da data de realização da AGD: (i) não declarar o vencimento antecipado e/ou aplicação de qualquer penalidade à Emissora; e (ii) não tomar medidas para cobrança do crédito relativo às Debêntures, ou para a retenção dos recursos provenientes dos créditos cedidos fiduciariamente em garantia.

6. Deliberações:

6.1 Os itens (a) e (b) da Ordem do Dia não foram aprovados.

6.2 Tendo em vista a presença dos debenturistas titulares da totalidade das Debêntures, dos representantes da Emissora e do Agente Fiduciário, foi aprovada por unanimidade:

i) a celebração do segundo aditamento à Escritura de Emissão ("Segundo Aditamento à Escritura"), sob as condições previstas em (v) abaixo, a fim de:

1) alterar as cláusulas 2.1, item III; 6.10; 6.13; 6.14; 6.17 e 7.1 *caput* e I (b) da Escritura de Emissão, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

"2.1 (...) "

III. *constituição da Cessão Fiduciária.* Observado o disposto na Cláusula 6.11 abaixo, a Cessão Fiduciária (conforme definido na Cláusula 6.11 abaixo) foi formalizada por meio do “*Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia*”, celebrado em 20 de outubro de 2011, conforme aditado em 1º de novembro de 2011 e na presente data, entre a Companhia, o Agente Fiduciário e o Itaú Unibanco S.A. (tal contrato e seus aditamentos, “Contrato de Cessão Fiduciária”), e foi constituída mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária no Privativo de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas - 1º Serviço Notarial e Registral de Cuiabá – MT sob o nº 351582, em 25 de outubro de 2011, e no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital – São Paulo/SP, sob o nº 3.425.920, em 20 de outubro de 2011, tendo os aditamentos sido averbados à margem dos respectivos registros;”

“6.10 *Espécie.* Conforme item 6.11 abaixo, as debêntures têm garantia de propriedade fiduciária real, consistente na cessão fiduciária de recebíveis.”

“6.13 *Prazo e Data de Vencimento.* O prazo das Debêntures será de 74 (setenta e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 19 de dezembro de 2017 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme previstas nesta Escritura de Emissão.”

“6.14 *Pagamento do Valor Nominal.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures será pago em 51 (cinquenta e uma) parcelas mensais, no dia 19 (dezenove) de cada mês, na seguinte ordem:

I. as primeiras 3 (três) parcelas, cada uma no valor correspondente a 1,4492% do Valor Nominal (sem considerar qualquer amortização) de cada uma das Debêntures, sendo a primeira parcela deste inciso devida em 19 de fevereiro de 2012 e a última, em 19 de abril de 2012;

II. as 47 (quarenta e sete) parcelas subsequentes, cada uma no valor correspondente a 1,9927% do Valor Nominal (sem considerar qualquer amortização) de cada uma das Debêntures, sendo a primeira parcela deste inciso devida em 19 de janeiro de 2014 e a última, em 19 de novembro de 2017; e

III. a 51ª (quingentésima primeira) parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, devida na Data de Vencimento.”

“6.17 *Resgate Antecipado Facultativo.* Sujeito ao atendimento das condições previstas abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, na Data de Resgate Antecipado (conforme definido na Cláusula 6.17.2 abaixo), desde que tenha enviado, na Data de Notificação de Resgate Antecipado (conforme definido na Cláusula 6.17.1 abaixo), aviso aos Debenturistas (nos termos da Cláusula 6.27 abaixo), ao Agente Fiduciário, ao Agente Escriturador, ao Banco Mandatário e à CETIP, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (sendo vedado o resgate antecipado parcial), mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures acrescido (i) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado; e (ii) de prêmio, incidente

sobre o saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures, tudo calculado conforme fórmula abaixo descrita.

$$VRA = VNA + Juros + (Prêmio \times VNA)$$

Sendo:

VRA = valor do resgate antecipado;

VNA = saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures;

Juros = valor da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a Data de Resgate Antecipado; e

$$Prêmio = \frac{0,75\% \times DDV}{730}$$

Onde DDV corresponde ao número de dias a decorrer entre a Data de Resgate Antecipado e a Data do Vencimento"

"7.1 Adicionalmente, a Companhia deverá cumprir as obrigações abaixo descritas, podendo o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas, em caso de descumprimento, optar pela execução específica da obrigação, nos termos dos artigos 461, 461-A, 466-A e 466-B do Código de Processo Civil, sem prejuízo de outras medidas de cobrança disponíveis:"

"7.1 (...)

I. (...)

(b) no prazo de até 1 (um) Dia Útil após o que ocorrer primeiro entre 45 (quarenta e cinco) dias (exceto para o encerramento do primeiro trimestre de 2012, quando este intervalo será de 30 (trinta) dias) contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social) e a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras da Companhia com revisão limitada por auditor independente, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor, observado que, caso a Companhia venha a ter qualquer Controlada, tais demonstrações financeiras deverão ser consolidadas ("Demonstrações Financeiras Revisadas da Companhia", e as Demonstrações Financeiras Auditadas da Companhia e as Demonstrações Financeiras Revisadas da Companhia, quando referidas indistintamente, "Demonstrações Financeiras da Companhia"); e"

2) incluir na Escritura de Emissão os incisos XIX a XXII na cláusula 7.1, e os incisos XXII e XXIII na cláusula 10.1, conforme redação abaixo, mantendo-se os demais incisos das respectivas cláusulas:

"7.1 (...)

XIX. não conceder garantias a obrigações de terceiros, inclusive de Controlada, sociedade controladora, coligada ou filiada, e sociedade ou entidade que detém participação direta ou indireta na Companhia;

XX. abster-se de ceder, vender, alienar, transferir, permutar ou permitir o uso de ativos da Companhia de valor agregado, em uma ou mais operações realizadas a partir de 31 de dezembro de 2011, superior a 5% (cinco por cento) do total do Ativo Imobilizado da Companhia, por valor inferior ao valor justo ou contábil;

XXI. abster-se de comprar ações de sua própria emissão ou de emissão de Controlada, sociedade controladora, coligada, filiada, ou sociedade ou entidade que detém participação direta ou indireta na Companhia, ou realizar qualquer outra

distribuição direta ou indireta, em caixa, ativos ou de qualquer outra forma que atinja economicamente o mesmo efeito. As restrições deste inciso XXI não se aplicam às hipóteses já disciplinadas no inciso XXII desta cláusula 7.1. da Escritura de Emissão;

XXII. sem prejuízo das obrigações adicionais previstas nos demais incisos desta cláusula 7.1, a Companhia compromete-se a observar as restrições constantes nas alíneas (a) e (b) abaixo, ("Restrições" e individualmente "Restrição") sob condição suspensiva, nos termos do Artigo 125 do Código Civil, a qual será considerada implementada apenas caso: (i) a Companhia não apresente até a data da assinatura do Segundo Aditamento à Escritura de Emissão, opinião legal dos assessores legais da Rede Energia S.A., controladora direta da Companhia, para a emissão de Notas Perpétuas emitidas em 2 de abril de 2007 ("Bonds"), fazendo referências específicas às Restrições, afirmando que estas caracterizariam, individualmente ou em conjunto, descumprimento dos termos dos Bonds; ou (ii) os Bonds sejam resgatados, ou tenham suas condições modificadas de modo que as Restrições deixem de representar descumprimento dos termos dos Bonds, ou ainda, (iii) a Companhia, por qualquer motivo, venha a assumir obrigação contratual perante terceiros credores materialmente nos mesmos termos da Restrição:

- (a) não conceder empréstimos a Controlada, sociedade controladora, coligada, filiada, e sociedade ou entidade que detém participação direta ou indireta na Companhia durante os 36 (trinta e seis meses) seguintes a 8 de maio de 2012, sendo que, após esse prazo, tais empréstimos somente poderão ser feitos pela Companhia se, cumulativamente (a) o índice referido no item (a) da cláusula 6.26 XXIV desta Escritura de Emissão for igual ou inferior a 2 (dois) inteiros; e (b) tal empréstimo seja expressamente aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e não viole quaisquer outras disposições regulamentares aplicáveis; e
- (b) não distribuir dividendos (exceto pela distribuição mínima a que seja obrigada por lei e/ou pelo estatuto social registrado na JUCEMAT em 31 de dezembro de 2011), pagar juros sobre capital próprio (exceto se imputados ao dividendo mínimo a que a Companhia esteja obrigada a pagar por lei e/ou pelo estatuto social registrado na JUCEMAT em 31 de dezembro de 2011), sendo certo que a Companhia, em qualquer hipótese, poderá distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio se estiver adimplente com todas as suas obrigações com os Debenturistas e o índice referido no item (a) da cláusula 6.26 XXIV desta Escritura de Emissão for igual ou inferior a 2 (dois) inteiros."

"10.1 (...)

XXII. mantém administração autônoma em relação às sociedades ou entidades que detém participação acionária na Companhia e de sociedades coligadas, Controladas, filiadas ou do mesmo grupo da Companhia, sem prejuízo da possibilidade de membros dos órgãos da administração da Companhia também ocuparem cargos na administração de outras sociedades;

XXIII. mantém sede na Comarca de Cuiabá, Estado de Mato Grosso;

XXIV. o valor global de empréstimos de que trata o item 7.1 XXII (a) desta Escritura de Emissão não excede, em 8 de maio de 2012, o valor global de empréstimos de

que trata o item 7.1 XXII (a) da Escritura de Emissão verificado em 31 de dezembro de 2011.

- 3) que a Companhia ratifique, na data da celebração do Segundo Aditamento à Escritura, as declarações por ela prestadas na cláusula 10.1 da Escritura de Emissão e reitere referidas declarações em relação ao Segundo Aditamento à Escritura e ao Segundo Aditamento ao Contrato de Cessão (conforme definido abaixo), por meio de alteração à cláusula 10.1 da Escritura de Emissão.
- ii) a celebração do segundo aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária, conforme definido no item 2.1 III da Escritura de Emissão, em termos satisfatórios para os debenturistas ("Segundo Aditamento ao Contrato de Cessão"), a fim de:
- a) refletir as alterações do Segundo Aditamento à Escritura aprovadas nesta AGD; e
- b) ratificar a cessão fiduciária dos créditos presentes e futuros de fornecimento de energia elétrica e as obrigações assumidas e as declarações prestadas no Contrato de Cessão Fiduciária.
- iii) a celebração do terceiro aditamento à Escritura de Emissão nos termos aqui aprovados ("Terceiro Aditamento à Escritura"), sob as condições previstas em (vi) abaixo, a fim de:
- 1) alterar as cláusulas 2.1, item III; 6.13 e 6.14 da Escritura de Emissão, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

"2.1 (...)

III. *constituição da Cessão Fiduciária.* Observado o disposto na Cláusula 6.11 abaixo, a Cessão Fiduciária (conforme definido na Cláusula 6.11 abaixo) foi formalizada por meio do "*Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia*", celebrado em 20 de outubro de 2011, conforme aditado em 1º de novembro de 2011, em [DATA] e em [DATA], entre a Companhia, o Agente Fiduciário e o Itaú Unibanco S.A. (tal contrato e seus aditamentos, "Contrato de Cessão Fiduciária"), e foi constituída mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária no Privativo de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas - 1º Serviço Notarial e Registral de Cuiabá - MT sob o nº 351582, em 25 de outubro de 2011, e no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital - São Paulo/SP, sob o nº 3.425.920, em 20 de outubro de 2011, tendo os aditamentos sido averbados à margem dos respectivos registros;"

"6.13 *Prazo e Data de Vencimento.* O prazo das Debêntures será de 122 (cento e vinte e dois) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 19 de dezembro de 2021 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme previstas nesta Escritura de Emissão."

"6.14 *Pagamento do Valor Nominal.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures será pago em 99 (noventa e nove) parcelas mensais, no dia 19 (dezenove) de cada mês, na seguinte ordem:

I. as primeiras 3 (três) parcelas, cada uma no valor correspondente a 1,4492% do Valor Nominal (sem considerar qualquer amortização) de cada uma das

Debêntures, sendo a primeira parcela deste inciso devida em 19 de fevereiro de 2012 e a última, em 19 de abril de 2012;

II. as 95 (noventa e cinco) parcelas subsequentes, cada uma no valor correspondente a 0,9826% do Valor Nominal (sem considerar qualquer amortização) de cada uma das Debêntures, sendo a primeira parcela deste inciso devida em 19 de janeiro de 2014 e a última, em 19 de novembro de 2021; e

III. a 99ª (nonagésima nona) parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, devida na Data de Vencimento.”

2) que a Companhia ratifique, na data da celebração do Terceiro Aditamento à Escritura, as declarações por ela prestadas na cláusula 10.1 da Escritura de Emissão e reitere referidas declarações em relação ao Terceiro Aditamento à Escritura e ao Terceiro Aditamento ao Contrato de Cessão (conforme definido abaixo), por meio de alteração à cláusula 10.1 da Escritura de Emissão.

iv) a celebração do terceiro aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária em termos satisfatórios para os debenturistas (“Terceiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária”), a fim de:

- a) refletir as alterações do Terceiro Aditamento à Escritura aprovadas nesta AGD;
- b) prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Cessão Fiduciária até 19 de dezembro de 2021; e
- c) ratificar a cessão fiduciária dos créditos presentes e futuros de fornecimento de energia elétrica e as obrigações assumidas e as declarações prestadas no Contrato de Cessão Fiduciária.

v) a autorização ao Agente Fiduciário para firmar o Segundo Aditamento à Escritura, condicionada:

- a) à aprovação das deliberações descritas nos itens 6.2 (i) e (ii) acima pelos órgãos competentes da Companhia, nos termos de seu estatuto social, até 18 de maio de 2012; e
- b) à celebração do Segundo Aditamento ao Contrato de Cessão em termos satisfatórios para os debenturistas até 18 de maio de 2012.

vi) a autorização ao Agente Fiduciário para firmar o Terceiro Aditamento à Escritura, nos termos da presente ata, condicionada:

- a) à prévia celebração do Segundo Aditamento à Escritura e do Segundo Aditamento ao Contrato de Cessão, nos termos antes aprovados;
- b) à aprovação das deliberações descritas nos itens 6.2 (iii) e (iv) acima pelos órgãos competentes da Companhia, nos termos de seu estatuto social, até 30 de agosto de 2012;
- c) à celebração do Terceiro Aditamento ao Contrato de Cessão de que trata o item 6.2 (iv) acima em termos satisfatórios para os debenturistas, com devida anuência do Banco Arrecadador, até 30 de agosto de 2012;
- d) à obtenção pela Companhia, até 30 de agosto de 2012, de autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e das demais autoridades competentes, estendendo o prazo da autorização da cessão fiduciária objeto do Contrato de Cessão Fiduciária até 19 de dezembro de 2021 e mantendo ou aumentando o limite de comprometimento da receita líquida da Companhia; e

- e) à inexistência de qualquer Evento de Inadimplemento da Companhia (conforme definido na Escritura) em relação às obrigações assumidas no Contrato de Cessão e na Escritura de Emissão, conforme aditados.

7. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Presidente da AGD suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 14 de maio de 2012. Presidente: Arturo Profili. Secretária: Viviane Rodrigues. **Debenturistas:** FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, neste ato representada por Arturo Profili e João Senna; V2 YELD FI RENDA FIA CREDITO PRIVADO, neste ato representado por Arturo Profili e João Senna; CAPITÂNIA INFLATION CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA (anterior M899 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO), neste ato representada por Arturo Profili e João Senna; CAPITÂNIA PORTFÓLIO CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, neste ato representado por Arturo Profili e João Senna; CAPITÂNIA MAP CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, neste ato representado por Arturo Profili e João Senna; (CAPITÂNIA PLUS CRÉDITO PRIVADO FIRF (Anterior M839 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO), neste ato representado por Arturo Profili e João Senna; CAPITÂNIA FIX CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA (anterior M982 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO), neste ato representado por Arturo Profili e João Senna. **Representantes da Companhia:** Valdir Jonas Wolf e Carmem Campos Pereira. **Agente Fiduciário:** Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, neste ato representado por Viviane Rodrigues.

=====
Declaro que a presente é cópia fiel da lavrada no livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais de Debenturistas da 4ª Emissão da Companhia, às fls. 08 a 14.

Arturo Profili
Presidente

Viviane Rodrigues
Secretária

Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda
Viviane Rodrigues
Agente Fiduciário